

Esta obra integra um conjunto de trabalhos de investigadores de várias universidades portuguesas, espanholas e brasileiras, dando a conhecer as investigações mais recentes sobre os marginais nos séculos XVI-XIX.

Tem ainda a particularidade de associar jovens investigadores a outros mais experientes, em cujas carreiras se contam muitos títulos sobre os que viviam nas margens da sociedade moderna e contemporânea.

Estudar os marginais da Idade Moderna e Contemporânea é entrar num mundo que contava um alargado volume de homens, mulheres e crianças, todos unidos por uma linha muito fina que separava os que estavam integrados e figuravam na sociedade e os restantes que, pelas suas condições de vida, não a integravam de pleno direito, embora fizessem parte dela.

Acresce ainda o facto de o número ser volátil e agravar-se sempre que aumentavam as dificuldades da vida, normalmente em momentos de carência de cereais e aumento de preços, gerando situações penosas em termos alimentares.

A espessura da linha de fronteira é ainda caracterizada pela sua elasticidade, potenciando

situações fáceis de pobreza e passagem desta à marginalidade, nível mais problemático em termos sociais e de sobrevivência.

OS MARGINAIS

[séculos
XVI-XIX]

MARIA MARTA
LOBO DE
ARAÚJO

ALFREDO
MARTÍN
GARCÍA

[coords.]

sempre presente nas petições dirigidas pelos pobres quer às instituições de caridade, quer a outras instituições onde também eram ajudados. O mesmo acontece quando estudamos a caridade exercida por particulares. Referimo-nos neste caso à caridade praticada pelas grandes casas senhoriais, por bispos ou por reis.

A pluralidade do mundo da pobreza expressa-se nas categorias de pobres existentes e na forma como cada uma delas conseguia sobreviver nas margens.

Abordar o problema da marginalidade social é entrar num universo com grupos diversos, onde dominam as minorias. Paredes

meias com a pobreza, a marginalidade é um domínio com situações muito distintas. O mundo dos pobres é plural e

nem sempre fácil de abordar. As fontes com que o investigador se confronta raramente dão voz aos pobres na

primeira pessoa, o que faz com que de imediato sejamos confrontados com terceiros a falar em nome dos pobres. Esta situação está

hbmus

OS MARGINAIS

(*séculos XVI-XIX*)

Maria Marta Lobo de Araújo
Alfredo Martín García
(coords.)



OS MARGINAIS
(séculos XVI-XIX)

Coordenação: Maria Marta Lobo de Araújo
Alfredo Martín García

Capa: António Pedro

© Edições Húmus, Lda., 2018 e Autores
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão - V. N. Farnalhão
Telef.: 926 375 305
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. - V. N. Farnalhão
1ª edição: Dezembro de 2018
Depósito Legal: 448521/18
ISBN: 978-989-755-382-0

Esta publicação tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC) e o cofinanciamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ref.º POCI-01-0145-FEDER-007528, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020 através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI)

ÍNDICE

- 7 **Nota Introdutória**
Maria Marta Lobo de Araújo / Alfredo Martín García
- 11 **Ilegítimos e expósitos em A Coruña, 1793-1900: apadrinamiento y onomástica**
Ofelia Rey Castelao / Rubén Castro Redondo
- 35 **Desamparo y marginación infantil en Galicia en los siglos XVIII y XIX**
Hortensio Sobrado Correa
- 59 **Os desviantes da norma: enunciações sobre corpos estranhos infantis em tratados do período moderno em Portugal**
Fernando Ripe / Mauro Dillmann
- 77 **A asistencia á pobreza meritoria en Galicia: o exemplo do colexio de doncelas orfas de Betanzos (s. XVII-XIX)**
Ana Maria Xisto Barcia
- 93 **Casar órfãs em Braga: os dotes de casamento da Misericórdia da cidade (séculos XVII -XVIII)**
Flávia Oliveira
- 107 **El malvivir de la malcasada: experiencias de marginalidad (Castilla, siglos XVII-XVIII)**
Margarita Torremocha Hernández
- 127 **O silêncio das margens: vidas femininas em instituições de clausura na Braga Moderna**
Maria Marta Lobo de Araújo
- 147 **En las postrimerías de la guerra de la Alpujarra: Cabalgadas y esclavización de los moriscos en 1571. Formación de precios y mercados primarios**
Manuel F. Fernández Chaves
- 163 **Judeos conversos, mercadores y misericordia en la España de los siglos XVI-XVII**
Rafael M. Pérez García

- 187 **Pobreza y delincuencia en la Galicia del siglo XVIII:
la cárcel de la real villa de Ferrol**
Alfredo Martín García
- 203 **Iglesia y caridad en la ciudad de León en la Edad Moderna:
las instalaciones y el radio de influencia del hospital de San Antonio Abad**
María José Pérez Álvarez
- 221 **Entre a caridade e a desconfiança:
a atuação das Santas Casas do Minho com os viajantes (séculos XVII-XVIII)**
Liliana Neves
- 231 **Entre a ordem letrada e as fronteiras:
marginais e protagonistas nas margens dos impérios coloniais ibéricos**
Eliane Cristina Deckmann Fleck
- 249 **A saúde no Minho rural: anjos e demónios (século XVIII)**
Ana Paula Araújo
- 261 **Liberalismo e biopolítica:
Algumas anotações sobre saúde e beneficência no século XIX em Portugal**
Jorge Fernandes Alves
- 279 **Loucos e/ou criminosos: o debate sobre a inimputabilidade
em Portugal entre meados do século XIX e inícios do século XX**
Alexandra Esteves
- 295 **Reprimir, controlar e disciplinar: o quotidiano no hospital de alienados
do Conde Ferreira (século XIX)**
Analisa Candeias
- 305 **Doentes e desprotegidos no Portugal oitocentista**
Andreia da Silva Almeida
- 321 **Assistência a cegos pobres em Portugal no século XIX: o caso do Alto Alentejo**
Ana Isabel Coelho Silva
- 339 **Criadas para servir:
educação e assistência em Lisboa na transição do séc. XIX para o séc. XX**
Maria de Fátima Reis
- 351 **Marginalidade e ação policial em Lisboa, c. 1867-1910**
Maria João Vaz

Entre a caridade e a desconfiança: a atuação das Santas Casas do Minho com os viajantes (séculos XVII-XVIII)

Liliana Neves*

Os marginais constituíram um campo praticamente intocado até às últimas décadas do século XX, tendo-se tornado, todavia, um foco de investigação para os historiadores, nas últimas décadas.¹

No campo da marginalidade inserimos comumente aqueles que eram colocados de lado pela sociedade. Notaremos, curiosamente, que esses grupos desprezados no Antigo Regime possuem ainda uma estreita ligação com os marginalizados dos dias atuais, especialmente atendendo aos acontecimentos que tem vindo a ocorrer neste milénio, nomeadamente no que diz respeito às questões migratórias.

Mas quem eram então os marginais do Período Moderno? A resposta parece ser longa. Estamos a falar de doentes, indigentes, prostitutas, pobres e órfãos. Excluimos, à primeira vista, deste cenário, os viajantes e peregrinos. Todavia, a sua condição de desenraizamento, o facto de serem desconhecidos e das suas intenções puderem ser enganosas, eram motivos para que fossem olhados com muita desconfiança. Geravam situações de grande insegurança que podiam resultar em conflitos. Todavia, as comunidades por onde passavam não lhes ficavam indiferentes, fosse porque a caridade cristã os incentivava a estender a mão ao próximo, fosse por temerem que, por vingança, estes forasteiros praticassem malfeitorias.²

* Universidade do Minho- Lab2PT

1. Esteves, Alexandra, «Fontes para o estudo da pobreza no Norte de Portugal oitocentista», in *Estudios Humanísticos. Historia*, nº13, 2014, p. 169.

2. Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal», in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média - Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 39-47.

Se anteriormente, no período medieval, ser pobre fora considerado uma virtude, que aproximava os mortais de Jesus Cristo,³ na Época Moderna o crescimento da pobreza, especialmente nas cidades, para onde muitos camponeses migraram e agora mendigavam, tornou-se um gravíssimo problema social que as autoridades procuraram minorar a todo o custo.⁴

As classes superiores, nesta época, entenderam os pobres como uma oportunidade para praticarem caridade, aliviando assim as penas pelos seus pecados. Recusar esmolas àqueles que mendigavam podia originar consequências mais graves. O pobre faminto podia transformar-se num ladrão.⁵ Por esse motivo, os lavradores alentejanos, por exemplo, «diariamente alimentavam e abrigavam durante a noite [dezenas de pedientes] para impedir que os roubassem, agredissem ou lhes incendiassem searas e palheiros».⁶

No entanto, muitos faziam-se aproveitar destes benefícios para se dedicarem ao ócio, apesar de estarem em plenas condições de trabalho. Neste sentido, por toda a Europa Moderna se procurou definir a condição de pobre e adotar critérios de distinção que identificassem aqueles que de facto deveriam viver de esmola. Surgiram então diferentes categorias de pobreza: Os pobres estruturais, velhos, doentes ou deficientes, chamados pobres merecedores, indivíduos que não tinham possibilidade de trabalhar para ganhar o seu sustento, sendo, por isso, os únicos a quem se admitia pedir; os pobres conjunturais, que surgiam em momentos de crise, quando lhes faltavam os recursos monetários e alimentares ou em situações de doenças ou mortes, acabando por se verem obrigados a recorrer à caridade alheia; e, noutro patamar, os passageiros. Estes, apesar de dependentes de caridade, eram pobres apenas porque estavam numa condição de fragilidade, uma vez que se encontravam longe da sua terra e dos seus bens.⁷

3. Sobre o enaltecimento da pobreza leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 36, 48.

4. Veja-se Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 15-18.

5. Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. I..., pp. 52, 68-69, 79-84.

6. Fonseca, Teresa, «Marginalidade e banditismo no Alentejo (1760-1833). A resposta dos poderes periféricos», in Araújo, Maria Marta Lobo de e Esteves, Alexandra (coords.), *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 131.

7. Confira-se Woolf, Stuart, *Los Pobres en la Europa Moderna*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989, pp. 15-58.

Os pobres que não se encaixassem nas categorias que lhes permitiam andar a mendigar passavam a estar sujeitos a reprimendas por parte das autoridades. O rei D. Manuel I, por exemplo, ordenou que os pobres que não estivessem efetivamente doentes não fossem atendidos no hospital do Espírito Santo de Évora. Além disso, os meirinhos das comarcas tinham ordem para perseguir e expulsar os viandantes que por ali andassem e que se dedicassem à ociosidade em vez de ao trabalho.⁸

Em Espanha, havia grande receio que os indivíduos, que se diziam em peregrinação, se estabelecessem no reino engrossando o número de pobres já existente. Juntava-se a este, o medo que transportassem doenças ou praticassem malfetorias.⁹ Filipe II de Espanha, por exemplo, proibiu o uso de hábito de romeiros a todos aqueles que não fossem em peregrinação.¹⁰

Distinguir o necessitado do falso pobre tornou-se então imperativo. Todavia, a empreitada tornava-se mais difícil quando nos estamos a referir a forasteiros. Se, por um lado, as autoridades conheciam o carácter e reais necessidades da população local, por outro, as daqueles que estavam de passagem constituíam uma incógnita. Foi então necessário que as irmandades e confrarias que davam ajuda aos pobres encontrassem uma forma de distinguir aqueles que realmente precisavam de auxílio dos que apenas se queriam aproveitar da boa-vontade cristã. Neste sentido, tanto as Misericórdias como as Ordens Terceiras utilizavam um sistema de cartas de guia que permitiam ao seu portador atestar a sua necessidade.

Em Portugal, as Misericórdias assumiram um papel maior na assistência aos desvalidos e tiveram uma grande atividade juntos dos que se encontravam em trânsito. Todavia, tal não significa que a relação entre as confrarias e os seus assistidos não tivesse ficado marcada por alguns conflitos e algumas dúvidas sobre o carácter dos auxiliados. De forma a prever e evitar tais situações, a rede de Santas Casas do reino adotaram mecanismos que permitiam

8. Veja-se também sobre este tema Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres. Dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, p. 29.

9. Veja-se para este assunto Lacarra y de Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago en la edad moderna», in Separata de la *Revista Príncipe de Viana*, n.ºs 102, 103, Pamplona, Diputación Foral de Navarra, 1966, p. 41; Moreno, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média», in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I Série, vol. 2, 1986, pp. 83, 85.

10. Confira-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Edições Brotéria, 1957, p. 30; Lacarra y Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago en la Edad Moderna»..., pp. 36-40.

fazer a distinção entre aqueles viajantes que tinham motivos válidos para a deslocação e os vadios. Não raras vezes, por entre lavradores, artesãos e pobres que andavam em peregrinação, estavam vagabundos oportunistas que se faziam passar por romeiros. A solução encontrada pelas irmandades portuguesas para controlar estes indivíduos, foi, como já referimos, a utilização de cartas de guia. Estas assemelhavam-se a um “passaporte” que identificava os peregrinos, referindo a sua proveniência, destino e razões da viagem.¹¹ Já anteriormente a Igreja Católica utilizara as “cartas de recomendação” ou “cartas de paz” com o mesmo objetivo de serem apresentadas no local de acolhimento do peregrino. A carta de guia foi sua herdeira. Quando alguém necessitava de se deslocar pedia ao provedor da Misericórdia mais próxima, ou aos bispos, este documento, onde se atestava a sua necessidade. Deste modo, tinha direito a receber uma esmola sempre que a carta fosse apresentada nas instituições congéneres.

Ao pobre que apresentava carta de guia as Misericórdias minhotas costumavam dar 20 réis, os restantes recebiam um valor mais baixo que aqueles, normalmente 10 réis.¹² Embora a esmola possa parecer diminuta a quantidade de pedintes levava a que no final do mês o valor tomasse proporções maiores. Por esse motivo as confrarias procuraram, várias vezes, limitar o valor destas esmolas. Todavia, em 1722, a Misericórdia de Braga ordenou que se aumentassem as esmolas a quem trouxesse carta de guia, passando esta a ser de meio tostão, ou seja, 50 réis.¹³

Estas cartas de guia só deveriam ser entregues aos pobres que realmente mostrassem ser merecedores e, a partir da segunda metade do século XVIII, aos que tivessem autorização da Intendência Geral da Polícia para andarem a pedir. A preocupação com o controlo das falsificações de cartas de guia é notória na Santa de Casa de Braga, em 1632:

«[...] tanto que na dita mesa e serviço della entrarem os irmãos novamente elleitos que [...] se mandasse hua carta de gia assinada por eles a casa da Santa

11. Para as cartas de guia leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, «Pasaportes de caridad: las “cartas de guía” de las Misericordias Portuguesas (Siglos XVII-XIX)», in *Estudios Humanísticos. Historia*, nº 6, 2007, p. 212.

12. Neves, Liliana, «Dar pousada aos peregrinos»: a assistência fornecida pelas Santas Casas da Misericórdia aos viajantes, na região do Minho, durante a Época Moderna (século XVII-XVIII), Braga, Universidade do Minho, 2017, p. 101.

13. Neves, Liliana, «Dar pousada aos peregrinos»..., p. 98, 101.

Misericórdia de Lixboa para com ella cotejarem para com isso se atalhar o se falsificare como faziam té agora [...]».¹⁴

É, portanto, evidente que o método das cartas de guia tinha limitações e originava algumas situações duvidosas. Todavia, a solução de cotejamento apresentada em 1632 não foi suficiente para resolver os problemas. Em agosto de 1655, a Santa Casa de Braga, ordena que só uma pessoa estivesse encarregue de dar esmolas, evitando-se assim que os passageiros se apresentassem diversas vezes a pedir na Misericórdia:

«[...] para evitar envençois com que muitas vezes vem gente bagabunda e estrangeira com cartas de guia e sem ella hua e muittas vezes que para melhor conhecimento delles corresse com a esmollaria destes tais em todo este anno hu irmão só [...] com declaração que aos passageiros sem cavalgadura, ou sem carta de guia, não dará mais que hum vintém [...]».¹⁵

A situação tornou-se de tal forma grave que no século XIX algumas confrarias chegaram mesmo a recusar-se atender determinados enfermos, portadores de cartas de guia, enviados pelas suas congéneres.¹⁶ A Misericórdia de Santarém conservou um testemunho onde essa questão está registada. Numa reunião da Mesa, já em meados do século XVIII, os irmãos debateram-se com um ofício expedido pela Santa Casa de Braga onde se falava do uso exagerado destes “passaportes de caridade” e exigiam que estes passassem a fazer uma descrição minuciosa dos seus portadores, de forma a que a sua identificação não se tornasse dúbia e as cartas de guia não pudessem ser transmitidas a terceiros.¹⁷

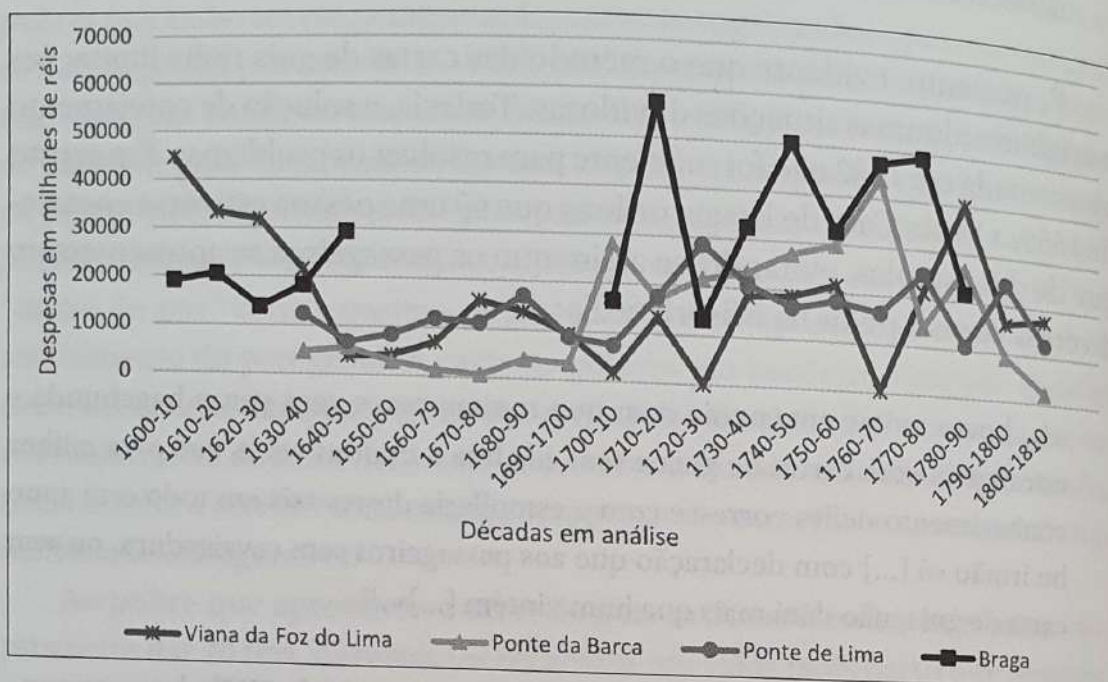
14. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 1598-1632*, nº 4, fl. 134 v.

15. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 21 de Dezembro de 1653 athe 20 de Dezembro de 1661*, nº 7, fls. 43-43v.

16. Para este assunto leia-se Magalhães, António de, «Os assistidos: formas e beneficiários da actuação das Misericórdias, (1498-1910)», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, vol. X, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2017, pp. 141-142.

17. Leia-se a propósito Rodrigues, Martinho Vicente, *Santa Casa da Misericórdia de Santarém cinco séculos de História*, Santarém, Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2004, p. 252.

Gráfico 1 - Análise comparativa da evolução das despesas com passageiros, por década, nas quatro instituições em estudo (séculos XVII e XVIII)



Fonte: Neves, Liliana «*Dar pousada aos peregrinos*»..., p. 119.

O gráfico 1 apresenta os quantitativos de despesas das quatro Misericórdias, discriminadas, com os viajantes no século XVII e XVIII. Braga parece assumir-se já como um local bastante frequentado por forasteiros, o que se pode justificar pela importância religiosa e comercial que a cidade foi adquirindo desde muito cedo. Por esse motivo, a sua Misericórdia tinha elevadas despesas com os passageiros, gastando em média com estes indivíduos 30 mil réis anuais, já Ponte de Lima despenderia apenas cerca de 15 mil réis.¹⁸

Mas as Santas Casas minhotas não se limitaram a dar uma esmola aos “pobres peregrinos”, auxiliaram também vítimas de violências praticadas por estrangeiros. Em 1603, duas situações ocorridas em Viana do Castelo parecem ter uma ligação comum. A Misericórdia no dito ano deu 240 réis a «siquomes roubados de ingleses»¹⁹ e 120 a «hú frances roubado de ingleses».²⁰ Neste último caso falamos de um passageiro que viera de França e que não

18. Neves, Liliana, «*Dar pousada aos peregrinos*»..., pp. 119-120.

19. ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa 1602-1603*, nº 3.22.3.1, fl. 19v.

20. ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa 1602-1603*, nº 3.22.3.1, fl. 27v.

recebeu apenas 20 réis para a jornada do dia seguinte, como seria costume, mas sim o quántuplo. Certamente que a Santa Casa vianense se apiedou deste pobre desamparado que ficara sem o pouco que trazia consigo, estando muito distante do auxílio familiar.

Nos dois casos supracitados estamos perante situações de roubo, ambas no mesmo ano e levadas a cabo por ingleses. Não sabemos quem eles eram nem o que faziam em Viana. É provável que estivessem de passagem pela vila. Assim o deixa supor os dados que obtivemos. No dito ano de 1603 a Santa Casa da vila deu 320 réis a um grupo de dezoito ingleses que solicitaram esmola. Dois meses depois, deu outro tanto a outros quatro ingleses. Em maio, mais seis britânicos, portadores de cartas de guia, pediram esmola à instituição.²¹ Mais tarde a mesma confraria ajudou alguns deles a embarcarem de regresso ao seu reino.

Ao contrário do que verificámos para os registos dos estrangeiros, estes indivíduos, provenientes da Inglaterra, parecem ter presença constante na vila e estar a viajar em grupo. Ficámos, no entanto, sem saber quem eram, o que os trouxera a Portugal e se foram eles, efetivamente, os autores dos assaltos referidos, embora as probabilidades possam aponta-los como os responsáveis.

Também no Alentejo, em inícios do século XIX, um «viajante espanhol foi atacado». Mas da mesma forma que este indivíduo foi vítima da violência de meliantes portugueses, também muitos seus conterrâneos assolaram a vida dos nacionais. Teresa Fonseca notou que em 1789, no Alentejo e Algarve, entre todos os bandidos colocados nas cadeias estavam 538 militares espanhóis, que haviam desertado.²²

As estradas e caminhos, locais solitários, eram sítios perigosos, uma vez que os ladrões se escondiam nas bermas dos mesmos e surpreendiam as vítimas. Desta forma quem precisava de andar por lá com frequência, como os almocreves e feirantes, faziam-no em grupos grandes, para se protegerem.²³

Contudo, os problemas causados pelos peregrinos e viajantes parecem ir mais além. Por essa razão, já em 1596 a Santa Casa vianense transcrevera para os seus estatutos uma ordem real expedida em 1517, e que integrava os estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, dizendo que os «taverneiros e vendeiros não dem de comer fiado a pessoas vadias», isto porque o rei recebia constantes queixas de taberneiros e moradores que davam de comer

21. Neves, Liliana, «Dar pousada aos peregrinos»..., pp. 76-77.

22. Fonseca, Teresa, «Marginalidade e banditismo no Alentejo (1760-1833)...», pp. 133-135.

23. Fonseca, Teresa, «Marginalidade e banditismo no Alentejo (1760-1833)...». p.133.

fiado a estranhos e «ribeirinhos» acabando estes por não pagar. O constante fluxo destes acontecimentos parece ter motivado a expedição desta ordem real. Queixa-se o rei, de diariamente serem feitas muitas prisões. Ordena, então, que tal não volte a acontecer, sendo os taverneiros proibidos de dar de comer fiado sob pena de ficarem em prejuízo.²⁴

A aplicação desta ordem à Misericórdia de Viana estará relacionada com o intenso tráfego de viandantes pela mesma vila. Também fora das muralhas de Évora, havia algumas tabernas que estavam abertas durante a noite para servirem os viajantes que chegavam à cidade durante a madrugada, sendo um local de constantes conflitos.²⁵

Apesar destas questões as Santas Casas não deixaram de aceitar estes homens e mulheres dentro dos seus edifícios, fornecendo-lhes tudo aquilo que conseguiam para minorar as dificuldades das suas jornadas, desde palha para dormir, lenha para se aquecerem, azeite para as candeias, alguns utensílios de cozinha e, em casos de doença, tratamentos nos seus hospitais.

O “hospital de fora” de Ponte de Lima, apesar de ter rendas próprias, era muito pobre e, mas aceitava no seu interior os viajantes por três noites.²⁶ Contudo, nem todos aqueles que batiam à porta dos hospitais conseguiam ser atendidos. Em Oviedo, em finais do século XVIII, por exemplo, os peregrinos só podiam ficar uma noite no hospital e caso algum tivesse dormido fora dele o hospitaleiro não o devia aceitar na noite seguinte.²⁷ Em Santiago de Compostela, o forte fluxo de peregrinos levou os reis católicos a mandarem erigir o hospital Real.²⁸

Mas havia problemas com outras naturezas e que envolviam os hospitais e os peregrinos. Em Braga, a estadia de homens e mulheres na “casa dos peregrinos” chegou a ser muito problemática para a Misericórdia. No estudo das visitas e devassas feitas ao hospital de São Marcos apurou-se que, logo em 1654, os peregrinos não eram bem-recebidos, uma vez que lhes faltava palha

24. ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Estatutos 1674*, nº 3.27.5 cx. 3-59, fl. 23.

25. Fonseca, Teresa, «Marginalidade e banditismo no Alentejo (1760-1833)...», pp. 127-144.

26. Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 373.

27. Sobre o hospital de Oviedo veja-se Roberto López, J., «Peregrinos Jacobeos en Oviedo a Finales del Siglo XVIII», in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo XXXIX, Faz. 104, 1991, p. 137.

28. Barreiro Mallón, Baudilio; Rey Castelao, Ofelia, *Pobres, peregrinos y enfermos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago, 1998, p. 175.

para dormirem, azeite para terem luz e lenha para se aquecerem. Havia ainda queixas do barulho que eles faziam e de ficarem mais tempo que o permitido, situação que também motivava descontentamento no hospital de Portel.²⁹ As portas sempre abertas e prontas a receber qualquer viandante foram proibidas e estipulou-se que fossem fechadas à noite, de forma a evitar o constante vai e vem de pessoas, madrugada dentro. Na devassa de 1659, durante a Guerra da Restauração, a queixa era devido aos muitos vagabundos disfarçados de peregrinos que ocupavam as instalações do hospital e andavam amancebados lá dentro, urgindo ter mão neles.³⁰

Mas esta não era a única dificuldade com que os locais de acolhimento de forasteiros se debatiam. Ainda no mesmo ano se dava conta de outra. Muitos passageiros continuavam a permanecer mais tempo que o devido no hospital, o que fazia aumentar os gastos da instituição, pelo que se estabeleceu que o hospitaleiro os deixasse ficar apenas por três dias e se algum, passado o prazo de estadia, se recusasse a sair, este seria obrigado a dar «parte logo ao provedor ou tizoureiro para lhe dar o remedio conveniente a sua saída».³¹

Ser hospitaleiro era difícil e trabalhoso que exigia critério, mas também paciência por parte daqueles que o desempenhavam. Em 1781, por exemplo, no hospital de São Marcos, o hospitaleiro João Batista foi acusado de agredir fisicamente um peregrino.³²

Considerações Finais

Pobres e desamparados, assim se apresentavam os peregrinos diante das comunidades por onde passavam. Sem recursos nem redes familiares, precisavam do auxílio dos habitantes locais para conseguirem algum conforto

29. Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna», in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A Intemporalidade da Misericórdia – As Santas Casas Portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, p. 254.

30. Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga....», pp. 253-256.

31. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Maio de 1709 até 31 de Maio de 1723*, nº 11, fl. 170.

32. Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga....», p. 259.

e descansarem das suas jornadas. Para o efeito havia albergues e várias confrarias que davam esmola e outras benesses a estes indivíduos.

Todavia, a relação entre estas instituições e aqueles que estavam de passagem não era fácil. Os recursos reduzidos para auxiliar o próximo levavam a que as irmandades, no caso, as Misericórdias, restringissem o número de pessoas merecedoras da sua esmola e da sua caridade.

Foi nosso objetivo analisar, nas páginas anteriores, algumas das precauções tomadas pelas Santas Casas da região do Minho para com os viajantes e alguns dos problemas causados por estes que motivavam e justificavam as desconfianças com que eram encarados, desde o uso de cartas de guia, às limitações dos valores das esmolas e ao controlo das mesmas por um só irmão. Ressalvamos, todavia, que estas irmandades nunca deixaram de estender a mão a todos aqueles que bateram à sua porta, vítimas das mais diversas dificuldades.